



ANAIS

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SUA RELAÇÃO COM AS PEQUENAS EMPRESAS URBANAS E RURAIS

EDUARDO SILVA NAVARRO
eduardosnavarro33@gmail.com
UNESP FCLAR

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a relação entre as cooperativas de crédito brasileiras com as pequenas empresas urbanas e rurais, passando por pontos importantes para o entendimento do tema, como histórico e mercado de crédito no Brasil. Se trata de uma pesquisa importante, pois essas instituições financeiras apresentaram, nos últimos anos, um grande crescimento entre os grupos econômicos analisados, que, apesar de grande representatividade na economia nacional, pela geração de riqueza e empregos, possuem menor apoio financeiro do setor bancário. Através de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizou-se, em grande parte, artigos acadêmicos e literatura de mercado, como o Banco Central do Brasil e o Sebrae. Conclui-se que a relação desse grupo de empresas com as cooperativas de crédito possui grandes benefícios, em especial devido às menores taxas de juros praticadas em relação aos bancos, atendimento personalizado e maior chance de conseguir financiamento.

PALAVRAS CHAVE: Cooperativas de crédito; pequenas empresas; agricultura familiar; taxas de juros;

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the relationship between Brazilian credit unions and small urban and rural businesses, covering key points for understanding the topic, such as the history and the credit market in Brazil. This research is important because these financial institutions have shown significant growth among the economic groups analyzed in recent years. Despite their substantial contribution to the national economy through wealth generation and job creation, these groups receive less financial support from the banking sector. Through bibliographic research with a qualitative approach, mainly academic articles and market literature were used, including sources from the Central Bank of Brazil and Sebrae. It concludes that the relationship between this group of companies and credit unions brings significant benefits, especially due to the lower interest rates compared to banks, personalized service, and a higher likelihood of securing financing.

KEY WORDS: Credit cooperativism; small business; family farming; interest rates.



1. INTRODUÇÃO

O mercado de crédito brasileiro é muito concentrado em cinco bancos, de tal forma que eles possuem 81% do setor. Assim, ao abrir uma conta corrente, por exemplo, grande parte da população faz apenas uma escolha entre os serviços dos maiores bancos, sem considerar as opções de outras instituições financeiras. Mas nos últimos anos, as cooperativas de crédito vêm conquistando um certo espaço no Sistema Financeiro Nacional.

Essas instituições financeiras realizam os mesmos serviços de seus concorrentes, os bancos, mas possuem algumas diferenças em relação a eles, principalmente nos seus princípios e governança, que fazem com que seus clientes, chamados de associados ou cooperados, tenham alguns benefícios dentro da organização, tendo poder de voto em assembleias e direito a receber parte dos resultados financeiros, por exemplo. Além disso, as cooperativas de crédito são proibidas por lei de buscarem o lucro, o que colabora para que suas taxas sejam menores do que a média do mercado.

Paralelamente, as pequenas empresas urbanas e rurais observaram uma maior indiferença dos bancos tradicionais, que passaram a dar maior preferência no atendimento a clientes com grandes volumes de recursos. De certa forma desamparados pelo setor, os pequenos empresários viram nas cooperativas uma oportunidade de obter os serviços desejados e, por isso, muitos deles passaram a utilizar as cooperativas como suas principais instituições financeiras, mudando um pouco o cenário brasileiro do crédito.

Devido a isso, esse artigo possui o objetivo de analisar a relação entre o cooperativismo de crédito e as pequenas empresas urbanas e rurais, de tal forma que possam ser investigados, caso existam, os benefícios dessa associação para os pequenos empresários. Assim, será possível analisar se esse grupo, que é muito importante para a economia nacional, terá suas demandas atendidas pelas cooperativas ou se receberá serviços iguais ao que já acontecia no setor bancário tradicional.

2. HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

Na economia, bem estar é um conceito amplamente discutido, entretanto, duas visões se sobressaem, a primeira que conceitua o termo através da utilização de uma medida utilitarista, com base na saciedade das vontades dos indivíduos, e a segunda que o relaciona com a eficiência e o funcionamento dos mercados em sua melhor forma (Pessoti e Silva, 2019).



Em ambas as situações, é possível afirmar que as cooperativas contribuem para o aumento do bem estar dos seus cooperados, ao promover melhores condições para que suas demandas sejam atendidas, pois desde seu início, essas organizações agem para atender as necessidades de seus membros. Dessa forma, surgiram cooperativas com atuação na área do consumo, agrícola, crédito, saúde, entre outras, que tiveram êxito e cumpriram sua missão de beneficiar seus cooperados.

Para o entendimento da trajetória do cooperativismo de crédito, primeiramente é importante saber do que se trata esse tipo de cooperativa e qual é seu desenvolvimento ao longo dos anos

2.1. Conceituação de cooperativismo

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), uma cooperativa se trata de uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas demandas e anseios econômicos, sociais e culturais através de uma propriedade conjunta e democraticamente controlada de uma empresa. Como será abordado a seguir, as cooperativas possuem diferenças quanto às empresas tradicionais, em especial nas questões de governança e independência, mas conseguem disputar com elas as parcelas de seus respectivos mercados. Dois grandes exemplos nacionais disso são a Unimed, a maior cooperativa de saúde do mundo e a Copersucar, um dos maiores exportadores de açúcar e álcool do planeta. Além disso, as cooperativas, segundo a ACI (2017), são instituições que devem ser norteadas por princípios como adesão livre e voluntária, participação econômica dos membros, autonomia, preocupação social, entre outros valores que demonstram suas particularidades de outras organizações

2.2. Primeira cooperativa moderna do mundo

Esses princípios, com algumas pequenas adaptações ao longo do tempo, foram estabelecidos há quase 180 anos, na cidade de Rochdale, na Inglaterra. Nesse período, que coincide com a transição da Primeira para a Segunda Revolução Industrial, a cidade tinha sua mão de obra focada no setor têxtil, mas as novas condições de mercado provocaram uma grande queda na demanda, perdurando uma situação de alto desemprego, baixos salários, más condições de trabalho, pouco ou nenhum auxílio do Estado ou das empresas e comerciantes mal-intencionados, que cobravam altos preços e adulteravam os produtos. Em vista disso, vinte e oito pessoas, que exerciam trabalhos como tecelões e artesãos, se reuniram no dia 15 de agosto de 1844 para fundar o que hoje é a base do cooperativismo moderna, a Rochdale Society of

Equitable Pioneers, ou, em português, Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Eles decidiram que todos iriam doar uma libra para que pudesse ser feita uma compra de alimentos em grande quantidade, reduzindo, assim, seu preço, então eles alugaram um espaço para armazenar esses alimentos, para criar o que hoje seria considerada uma cooperativa de consumo. Dessa forma, os pioneiros criaram uma loja para vender produtos como manteiga, aveia e açúcar para os cooperados a preços mais acessíveis, beneficiando a sociedade trabalhadora do local (Forno, 2013). Outro ponto importante do movimento é de que todos os associados teriam voz para dar sua opinião sobre o rumo da cooperativa, pois se tratava de uma instituição democrática, se tratando de algo incomum na Inglaterra Vitoriana, na qual o voto só era permitido aos homens que tivessem posses consideráveis (Fairbairn, 1994).

A Europa, em meados do século XIX, passava por um mau momento econômico e a criação de cooperativas foi uma das respostas a esse período. Inspiradas pelo êxito de Rochdale, foram fundadas cooperativas de consumo (como a dos Pioneiros), saúde, educação, agrícolas, crédito, entre outras. Além disso, o movimento também motivou discussões sobre condições dos trabalhadores e a democracia. Um exemplo vem de William Gladstone, ex primeiro ministro britânico, que afirmou que os Pioneiros eficientemente demonstraram às pessoas “um argumento para alguma emancipação das classes trabalhadoras”. (Fairbairn, 1994)

2.3. Surgimento da primeira cooperativa de crédito

Na Alemanha, o avanço tecnológico do período proporcionou a criação de uma maquinaria totalmente nova para as atividades produtivas, o que fez com que os pequenos empresários urbanos, como os artesãos, não tivessem condições financeiras de adquirir as ferramentas necessárias e continuassem a utilizar equipamentos obsoletos, produzindo de forma menos eficiente do que os grandes empresários. Nesse período, o crédito não era de fácil acesso, visto que os bancos não atendiam às demandas desse grupo, que era obrigado a recorrer a indivíduos que forneciam empréstimos com altas taxas de juros. Ciente dessa situação, Franz Hermann Schulze, um ex-juiz e membro da Assembleia Nacional de Frankfurt (Prinz, 2002) criou, na cidade alemã de Delitzsch, em 1852, uma cooperativa de um tipo inédito para a época: uma cooperativa de crédito. Essa instituição financeira, chamada de *Volksbank*, ou Banco do Povo, em português, reunia esses pequenos empresários urbanos e cada membro contribuía com seus ativos para compor os recursos da instituição, criando um volume muito grande de capital, fazendo com que os bancos fossem muito mais dispostos a conceder créditos ao *Volksbank* do que a esses indivíduos isoladamente. Os associados, por terem aplicado grande parte de seus



recursos financeiros na cooperativa, se sentiam, e de fato eram, donos do negócio, então se importavam muito com a solidez da instituição, participando de suas decisões através das assembleias, votações e discussões (Goglio e Leonardi, 2010).

Com o tempo, a iniciativa foi ganhando notoriedade e credibilidade, tanto entre os seus credores como os próprios associados, aumentando os recursos a que tinha acesso e permitindo que a cooperativa tivesse também seu capital próprio, que também era concedido em empréstimos. Suas taxas eram menores do que as outras instituições financeiras, mas deveriam ser altas o suficiente para garantir o pagamento de dividendos aos membros, de forma que o patrimônio permanecia dentro da associação. (Goglio e Leonardi, 2010).

Dez anos depois da iniciativa de Schulze, também na Alemanha, mas na cidade de Anhausen, foi criada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen o *Raiffeisenbank*, uma cooperativa de crédito rural voltada às necessidades do público camponês, que tinham demandas maiores do que a população urbana e, por isso, cresceram mais do que os *Volksbank*. Devido a isso, Raiffeisen possui um maior reconhecimento no cooperativismo de crédito do que Schulze mesmo não sendo o pioneiro do setor. Uma das maiores diferenças dos dois modelos refere-se às diferenças entre os negócios: No modelo de Schulze havia o retorno do investimento de maneira mais rápida, por ser um público urbano, ao passo em que Raiffeisen dependia das safras, o que exigia o tempo de plantio e colheita. (Goglio e Leonardi, 2010).

2.4. Início do cooperativismo de crédito no Brasil

A má situação econômica da Europa, que motivou a criação de cooperativas no continente fez com que milhares de pessoas migrassem para o Brasil em busca de melhores condições de vida. Por isso, muitos italianos, alemães, espanhóis e japoneses desembarcaram no país junto com suas famílias. A mudança de cultura e idioma era uma grande dificuldade enfrentada nas novas terras, por isso, a Igreja Católica enviou padres dessas mesmas regiões para exercer seu papel com os recém-chegados e também com a população local.

Um desses padres foi o jesuíta suíço Theodor Amstad, que havia tido contato com a cultura cooperativista, que estava em expansão na Europa dessa época, durante a sua formação sacerdotal. Em 1885, Amstad desembarca no Rio Grande do Sul para atender a população nas áreas mais isoladas da região do município gaúcho de São Sebastião do Caí e logo percebe que a população vivia em situação precária e era necessário reunir as pessoas para uma colaboração mútua (Santos, 2014).

Então, a partir de 1900, o padre começa seu movimento através da criação da



Associação de Agricultores e, dois anos mais tarde, funda a primeira cooperativa de crédito da América Latina que funciona até hoje, sendo a cooperativa Sicredi Pioneira. (Schneider, 2014).

Foi durante um dos encontros para a criação da Associação que Amstad disse uma de suas frases mais marcantes e que expressa a essência cooperativista:

“Quando se trata de resolver um problema muito sério, não basta que se lute isoladamente. Não basta que um só indivíduo ponha mãos à obra. Será a tarefa de muitos em regime de cooperação. Assim, se quiserem mover uma grande pedra e estiverem presentes vinte homens, e cada um isoladamente tentar removê-la, nada se conseguirá. Se, porém, os vinte homens agarrarem em conjunto, obedecendo a um só comando, fizerem força ao mesmo tempo, levantarão com facilidade a pesada carga”

(Schneider, 2014. pág. 7 apud Rambo, 2011. pág. 66)

O pioneirismo do padre foi reconhecido através da lei 13.926 de 9 de dezembro de 2019, que declara Theodor Amstad como patrono do cooperativismo brasileiro.

3. PANORAMA ATUAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

3.1. Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos

Frequentemente as cooperativas de crédito são confundidas com os bancos devido à semelhança entre os serviços oferecidos, como financiamentos, empréstimos, investimentos, seguros, entre outros. Entretanto, os princípios do cooperativismo, examinados acima, fazem com que sejam tipos bem diferentes de instituições financeiras, a começar de sua fundação: Enquanto os bancos têm sua origem pautada na maximização dos lucros dos acionistas, as cooperativas devem ser organizações sem fins lucrativos, de acordo com o artigo 3º da Lei Nº5.764/71, e possuem o objetivo de gerar soluções financeiras entre seus próprios membros. Sobre a governança, sendo os bancos sociedades de capital, eles são geridos de acordo com a proporção das ações que cada membro possui, ao passo em que as cooperativas se caracterizam por serem sociedades de pessoas em que sua diretoria é formada pelos próprios usuários, chamados de associados ou cooperados, com votos de pesos iguais entre todos, independentemente do tamanho do patrimônio. Em relação ao público, os bancos possuem serviços que atendem exclusivamente clientes de alta renda, com rendimentos mensais por volta de R\$15.000, como é o caso, por exemplo, do Itaú Personnalité, Santander Select e Bradesco Prime. As cooperativas, por outro lado, são proibidas de fazer essa diferenciação pelo artigo 37 da Lei Nº 5.764/71, então todos os seus cooperados possuem acesso aos mesmos serviços qualquer que seja a sua renda (Meinen e Port, 2016. p. 49)

Em 2022, enquanto 85 municípios deixaram de ter uma agência física de um banco,



devido aos custos e à tendência de digitalização, as cooperativas instalaram unidades de atendimento em 174 municípios que não contavam com instituições desse tipo. Ademais, as cooperativas de crédito são a única instituição financeira em 331 municípios brasileiros (Banco Central do Brasil [Bacen] (2023) Ou seja, apesar de serem regiões que não trazem um grande retorno financeiro, visto que os bancos deixaram essas cidades, as cooperativas de crédito estão presentes para cumprir com seu papel de promover a inclusão financeira. O desenvolvimento dessas regiões também é uma meta das cooperativas, que promovem ações sociais para benefício das comunidades. Um exemplo é o Dia C, que é um projeto voluntário realizado por diversas cooperativas e ocorre no Dia Internacional do Cooperativismo, sempre no primeiro sábado do mês de julho (Cresol, 2023).

Por fim, suas maiores diferenças encontram-se nas taxas de serviços e resultados financeiros. Como foi dito acima, os bancos cobram tarifas que irão maximizar seu lucro, que é distribuído aos acionistas em forma de dividendos, mas as cooperativas agem de maneira diferente, aplicando preços para custear a manutenção de suas atividades e o reinvestimento necessário. O excedente disso é distribuído entre os associados de acordo com os serviços utilizados. (Meinen e Port, 2016. p. 49)

3.2. Funcionamento das cooperativas de crédito no Brasil nos últimos anos

As instituições participantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) são organizadas de acordo com a Lei nº 5.764/1971, com sistema de dois e três níveis e as cooperativas singulares, que serão analisadas abaixo:

- As cooperativas singulares são aquelas que irão ofertar seus produtos e serviços aos cooperados. Formadas por apenas uma cooperativa, elas podem ser independentes, como é o caso da *Sisprime*, ou vinculadas a uma central, que, por sua vez, pode ser vincular a uma confederação
- Os sistemas de dois níveis são as centrais de cooperativas de crédito. Formadas por no mínimo três cooperativas singulares, auxiliam essas instituições e as unem, gerando um sistema com maior padronização em seus processos. Um exemplo dessa organização é o Sistema Ailos, presente no sul do Brasil.
- Por fim, os sistemas de três níveis são formados por no mínimo três centrais e são também chamados de confederação. A grande maioria das cooperativas de crédito do país estão vinculadas a este sistema, que conta com o Sicredi, Sicoob, Cresol e Uniced. (Bacen, 2023)

Para exemplificar o sistema de três níveis é possível observar o caso da maior



cooperativa singular do país, a Credicitrus, com sede no município de Bebedouro, no Estado de São Paulo. Está vinculada à Sicoob Central SP, que faz parte da confederação Sicoob. (Sicoob Central SP, 2023).

No fim de 2022, o cooperativismo de crédito brasileiro correspondia à 590 bilhões de reais em ativos totais, representando 5% do SFN e 15,6 milhões de cooperados. Destes, mais de 14,5 milhões são associados do Sicredi ou Sicoob, que são os dois únicos sistemas presentes em todos os estados brasileiros (Bacen, 2023). Entretanto, há algumas diferenças quanto à atuação dessas duas instituições, possivelmente a maior delas sendo a limitação da área de atuação de suas cooperativas: De acordo com o estatuto social das cooperativas, enquanto o Sicredi confere exclusividade das suas cooperativas em uma região, o Sicoob permite que mais de uma de suas cooperativas possa atuar na mesma área. Um exemplo disso é a cidade de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo: A cooperativa Sicredi Parque das Araucárias PR/SP/SC é a única da Confederação Sicredi que pode atender a cidade, enquanto no Sistema Sicoob, a cidade paulista possui a presença diversas cooperativas, como a Cocred, Coocreivre, Cooperac e a já citada Credicitrus. (Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP, 2020; Sicoob, 2023).

3.3. Taxas de juros nas cooperativas

As taxas de juros praticadas pelas cooperativas podem ser uma vantagem sobre outras instituições financeiras, visto que elas costumam ser menores do que seus concorrentes, principalmente em operações de maior risco, como capital de giro. Há vários motivos para isso: A incorporação de cooperativas singulares por grandes confederações tende a padronizar o serviço e aumentar seu profissionalismo, pois agora essa cooperativa não está mais isolada e deve seguir o modelo de um sistema (Sicoob ou Sicredi, por exemplo) que vêm dando resultados, de certa forma semelhante à franquia de uma grande empresa. O ganho de escala é outro fator que possibilita a diminuição das taxas, tendo em vista que mais operações são realizadas, podendo dissipar o risco de um ativo problemático entre vários tomadores. Por ser uma instituição sem fins lucrativos, é possível cobrar taxas ainda menores, diminuindo o *mark-up* sobre suas operações. A não existência do lucro auxilia na questão tributária também, pois não são incididos impostos sobre os rendimentos, diminuindo custos de operação. Por fim, a distribuição de resultados aos associados faz com que eles recebam de volta uma parte de seus recursos aportados na cooperativa, indiretamente reduzindo as taxas que foram efetivamente pagas. (Bacen, 2017).



4. COOPERATIVAS DE CRÉDITO E AS PEQUENAS EMPRESAS URBANAS E RURAIS

O crédito possui uma função muito importante de permitir que os empresários possam melhorar suas atividades através dos recursos financeiros. Nas palavras de Schumpeter:

“através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera neste sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia sugerir a partir de um mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito.” (Ivo, Cruz, Chinelato e Ziviani. 2016 apud. Schumpeter 1997, p.111)

4.1. Eficiência das cooperativas de crédito brasileiras

O crescimento das cooperativas de crédito brasileiras nos últimos anos faz com que essas instituições se tornem alternativas viáveis aos bancos comerciais. Entretanto, como já foi analisado, há algumas diferenças entre esses dois grupos, portanto, suas metas não serão iguais: Enquanto os bancos concentram seus objetivos na ampliação dos resultados financeiros, as cooperativas, por determinação legal, não podem ter a mesma meta, o que faz com que se concentrem também na questão social (Meinen e Port, p.49). Além disso, é importante salientar que os cooperados são, ao mesmo tempo, os proprietários e consumidores dos serviços. Logo, a lógica da teoria da firma não pode se aplicar nessas instituições, pois uma maior distribuição de resultados poderia vir acompanhada de uma elevação nos custos aos associados, prejudicando os tomadores de empréstimos. O contrário também seria verdade, se as taxas de juros fossem menores, os cooperados iriam expor-se ao risco de receber menores sobras de capital. Portanto, a cooperativa tem seu início e fim nos associados, então é necessário que a instituição financeira seja eficiente, tanto economicamente como socialmente. Por essas especificidades das cooperativas de crédito, a análise de seus resultados deve ser feita de maneira diferente dos bancos (Cavinato e Capitani, 2023), pois além dos resultados econômicos, para determinar a eficiência de uma cooperativa de crédito é importante observar também os ganhos sociais provenientes da cooperativa. E a eficiência, nesse sentido, para Ferreira, Gonçalves e Braga, conforme citado por Gollo e Silva (2015): “está associada à capacidade de maximização dos benefícios aos cooperados, materializados em operações de



créditos e benefícios líquidos, em contrapartida aos recursos empregados para sua obtenção”. Ou seja, é necessário que a instituição seja capaz de produzir o máximo de resultados possíveis, tanto econômicos quanto sociais, com os recursos que possui à disposição. Segundo Reis e Neves (2020), os dois maiores sistemas cooperativos de crédito, o Sicoob e o Sicredi, são as instituições financeiras que possuem os maiores custos, proporcionalmente, com estrutura e pessoal se comparados com bancos públicos e privados, como Caixa Econômica Federal e Itaú. Porém, as cooperativas, devido a seus princípios, são mais próximas dos usuários de seus serviços, oferecendo um atendimento mais humanizado e pessoal, demandando mais trabalhadores para prover essa situação. Da mesma forma, é importante lembrar que, proporcionalmente, as cooperativas possuem maior presença física através de agências, também chamadas de postos de atendimento físico, do que os bancos, cumprindo sua função de ampliar a inclusão financeira. Entretanto, é importante notar que os bancos possuem uma maior presença tecnológica, o que permite com que sejam diminuídos os custos de atendimento, enquanto as cooperativas não estão tão avançadas nesse modelo. Logo, as cooperativas podem atender presencialmente de maneira mais personalizada enquanto os bancos se destacam mais no ambiente virtual.

De acordo com o Banco Central (2023b), a eficiência faz com que haja o benefício econômico, que nesse contexto pode ser entendido como o retorno positivo do uso da cooperativa pelo cooperado. Dessa forma, o Benefício Econômico Total (BET), mede o valor que, de acordo com o Banco Central (2023b), “um associado de uma cooperativa representativa da média das cooperativas do SNCC que fizesse depósitos e tomasse créditos na média de todos os associados teria aumentado sua riqueza”, em comparação se essas operações houvessem sido realizadas em um banco que representa a média do setor. Portanto, em média, os associados obtiveram um acréscimo de aproximadamente R\$1903,30 em seu patrimônio ao utilizarem os serviços da cooperativa.

4.2. Micro e pequenas empresas urbanas

De acordo com o Banco Central (2023a), no ano de 2022, 90% dos associados de cooperativas de crédito na modalidade pessoa jurídica eram micro e pequenas empresas, o que segue a tendência do que foi registrado por volta de 2017, período no qual os bancos passaram a dar mais preferência às grandes empresas e aumentaram as taxas e a recusa de créditos às micro e pequenas empresas, que se voltaram às cooperativas para concessão de créditos necessários. A relação entre essas instituições aumentou, visto que em 2015, aproximadamente



5% do crédito dessas empresas foi disponibilizado por cooperativas, ao passo que esse ano o número já cheque a quase 30%. (Poder 360, 2023; Bacen, 2018). As cooperativas passaram a assumir esse papel mais próximo das micro e pequenas empresas, ocupando uma parte do espaço deixado pelos bancos porque possuem uma maior tolerância ao risco do que os bancos tradicionais e, como as micro e pequenas empresas estão mais vulneráveis a variações econômicas, possuem um maior risco de inadimplência. Isso pode ser constatado através do score de contratação, que é uma medida para calcular o apetite ao risco de uma instituição financeira de acordo com o perfil dos tomadores. Sendo uma medida que piora à medida em que se eleva, o *score* das cooperativas para o segmento de pessoa jurídica foi maior do que os bancos (Bacen, 2023a). Ou seja, caso uma empresa houvesse um histórico financeiro negativo, teria maiores chances de sua solicitação de crédito ser aceita em uma cooperativa do que em um banco. Aliás, a falta de financiamento é um dos principais problemas dos empreendedores quando estão iniciando uma empresa, o que os leva a procurar maneiras de contornar essa situação ao utilizar, por exemplo, o cartão de crédito, pagamento a prazo e cheque especial como uma maneira de financiamento. Muito disso se deve à negação de empréstimos por parte do mercado financeiro, visto que apenas um terço das pequenas empresas tiveram sua solicitação atendida e destes, 33% não foram sequer informados dos motivos da recusa (Sebrae, 2023; Agência Sebrae de Notícias, 2023)

O crescimento das cooperativas de crédito faz com que elas se tornem mais importantes para o cenário das micro e pequenas empresas, tendo em vista que, no ano de 2022, Sicoob e Sicredi figuraram na segunda e terceira posição, respectivamente, na lista de instituições financeiras que os pequenos negócios mais conseguiram financiamento, estando atrás apenas do Banco do Brasil. Isso se reflete na taxa de recusa de 36% das cooperativas, enquanto os bancos públicos trabalham em 52% e os privados próximos a 60% (Academia Assaí, 2023; Sebrae, 2022)

Outro aspecto importante é a burocracia com que os processos são realizados, pois apesar de serem instituições parecidas com os bancos, as cooperativas possuem processos mais facilitados, o que simplifica e agiliza a obtenção de crédito. (Medeiros, 2021; Gregorini, 2019).

Além da concessão de créditos, essas empresas também se beneficiam por taxas de juros para pessoa jurídica que, a partir de 2014, passaram a ser menores que os bancos (Bacen, 2018). Durante os anos de 2020 e 2021, por exemplo, período em que ocorreu a pandemia de COVID-19 e as micro e pequenas empresas tiveram muitas dificuldades, aumentando a

necessidade de crédito, a média das taxas das cooperativas estavam próximas de 2,84% ao mês enquanto os bancos trabalhavam em cerca de 4,10% (De Souza, 2022).

Complementando as discussões sobre as taxas de juros, uma simulação de tomada de crédito para pessoa jurídica por Nascimento, Soares e Santos (2021), demonstraram que o valor total da operação na cooperativa Sicoob Credicor - SP foi 49% menor do que no Bradesco. Entretanto, é importante ressaltar que, para a mesma operação, os custos a um possível associado dessa cooperativa foram 8% maiores do que para a IOUU e ligeiramente superior à Nexoos, ambas *fintechs*.

4.3. Pequenos produtores agropecuários

Além dos próprios associados que utilizam diretamente os serviços da cooperativa, é importante destacar que eles não são os únicos beneficiados, mas também toda a comunidade é favorecida de maneira indireta. Nas cooperativas de crédito, os resultados financeiros permanecem dentro da região através de distribuição de sobras, ações sociais, e outras medidas que privilegiam a população local. Além disso, a inclusão financeira promovida por essas instituições financeiras faz com que mais pessoas sejam integradas no sistema financeiro, o que dinamiza a economia do local através do aumento de formas de pagamento, concessão de crédito, investimentos, entre outros serviços financeiros. (Meinen e Port, 2014; Höher, 2018; Cavinato e Capitani, 2023). Esse aspecto, principalmente para os pequenos produtores agropecuários, é muito importante, visto que suas atividades se concentram, geralmente, em regiões mais isoladas, portanto, uma maior presença de serviços financeiros em localidades afastadas irá trazer maiores benefícios a esse grupo.

O aspecto da inclusão financeira é muito importante nesse caso pois os pequenos produtores rurais, que em geral se localizam em cidades de menor porte, dificilmente teriam o mesmo acesso a produtos financeiros se não fosse a presença física de uma instituição financeira no local. De acordo com estudos, a instalação de uma agência bancária em um município ocorre se sua população for de, em média, 8 mil pessoas, ao passo em que as cooperativas utilizam o número de 2,3 mil pessoas, em média, em um município para inaugurar seu posto de atendimento no local (Sicredi, 2020).

É importante salientar que, para o caso da produção agrícola familiar, a cooperativa de crédito representa uma maneira mais simples de conseguir financiamento para suas atividades, pois, apesar de os bancos possuírem segmentos especialmente voltados ao agronegócio, de acordo com Mundo Neto e Souza filho, citados por Büttgenbender et al. (2021), eles não



possuem grande interesse na agricultura familiar e dão maior preferência no atendimento a médios e grandes produtores, que possuem maiores recursos financeiros e, portanto, maiores condições de fornecer garantias, contratar outros serviços e movimentar valores maiores. Por isso, semelhante ao que ocorreu com as micro e pequenas empresas, as cooperativas de crédito passaram a atender esse público com menores recursos e ocuparam uma parte do espaço que foi deixado pelos bancos. Inclusive, essa atuação colabora com o desenvolvimento da região, mantendo as pessoas nas suas cidades de origem, freando o processo de êxodo rural e minimizando problemas sociais nas cidades. Devido a esses aspectos, Alvim e Dall’Agnol (2016), consideram o papel das cooperativas como uma função social.

Ademais, como já foi dito, a presença de cooperativas de crédito em pequenas cidades, das quais grande parcela da população sustenta-se através da agricultura familiar, faz com que a maior parte dos recursos liberados permaneçam dentro do município, promovendo a dinamização da economia local. Sobre isso, pode ser utilizado como exemplo o estudo realizado por Freitas, Amodeo e Silva (2012) em uma cooperativa de crédito da cidade de Araponga, em Minas Gerais, que demonstraram que 85% dos valores recebidos pelos cooperados são utilizados dentro do município.

A importância do agronegócio brasileiro no PIB faz com que o crédito rural tenha grande participação do governo, pois, de acordo com Büttgenbender et al. (2021), “o crédito rural se constitui em instrumento do Estado para fomentar a produção de alimentos, modernizar os processos produtivos, a aumentar a produção e produtividade e a promover o desenvolvimento”. Devido a isso, a maior parte dessa modalidade possui juros controlados e incentivados pelo governo, de tal forma que as taxas de juros entre cooperativas e bancos serão muito parecidas (Silva, Dias e Pereira, 2023). Da Silva et al. (2018) utiliza, em seu artigo, o caso de uma cooperativa de crédito do interior de Minas Gerais voltada a pequenos produtores rurais e, nele, os autores concordam com a afirmação acima sobre as taxas de juros, mas acrescentam que o investimento em uma cooperativa de crédito, através do capital social e do recebimento de sobras, tende a gerar maiores retornos se comparado com aplicações na Selic ou ações de um banco. Entretanto, para reivindicar o capital social, são necessários quase dois anos após o encerramento da conta, ao passo em que as ações possuem uma liquidez quase instantânea, mas no geral, a associação desses produtores rurais na cooperativa gera efeitos positivos sobre seus investimentos.

5. CONCLUSÃO



O movimento cooperativista, iniciando-se com os pioneiros de Rochdale, “aflorou como necessidade, e não como opção” (Meinen e Port, 2014. p. 61) e foi eficaz em solucionar, ou ao menos dissipar, alguns problemas sociais, visto que o modelo se expandiu para o resto do mundo e está presente até hoje. Alguns anos depois, as iniciativas de Schulze e Raiffeisen na Alemanha introduziram o crédito no modelo cooperativo, que depois chegaram em terras brasileiras através do padre Theodor Amstad.

As cooperativas de crédito fornecem diversos serviços parecidos com os bancos, mas possuem algumas diferenças fundamentais, como a distribuição de resultados, assembleias, projetos sociais e não ter fins lucrativos. O modelo, inclusive, vem crescendo no Brasil, atingindo mais de 15 milhões de cooperados, o que pode ser uma forma de combater a concentração bancária no país.

Os pequenos empresários urbanos e rurais possuem maiores dificuldades em conseguir crédito para financiar suas atividades, visto que os bancos possuem uma maior recusa de crédito para esse grupo, pois preferem atender clientes com maiores recursos financeiros, o que os levou a ficarem mais próximos das cooperativas. Essa aproximação trouxe alguns benefícios, além dos que já foram citados anteriormente, para os pequenos empresários urbanos, visto que as taxas das cooperativas tendem a ser menores do que os bancos, e os pequenos produtores também possuem vantagens ao fazer parte de uma cooperativa de crédito, através da maior presença física e da inclusão financeira promovida pelo cooperativismo.

Por fim, percebe-se que os pequenos empresários, sejam eles urbanos ou rurais, foram, de certa forma, deixados de lado pelo setor bancário tradicional, fato que os fez voltarem-se ao cooperativismo de crédito que, desde seus primórdios, já tinha a missão de atender a esse grupo de pessoas, que não contavam com grandes apoios financeiros e precisavam se unir para melhorar suas condições

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Academia Assaí. **Cooperativas de crédito: um caminho para o financiamento de MPE e MEI.** Academia Assaí, 19 de out de 2023 Disponível em: <<https://www.academiaassai.com.br/noticia/cooperativas-de-credito-mpe-mei>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

Agência Sebrae de Notícias. **Ignorados pelos bancos, 4 em cada 10 pequenos negócios usam o cartão de crédito para financiar a empresa.** Agência Sebrae de notícias, 9



de out de 2023. Disponível em: <<https://agenciasebrae.com.br/dados/ignorados-pelos-bancos-4-em-cada-10-pequenos-negocios-usam-o-cartao-de-credito-para-financiar-a-empresa/>>.

Acesso em: 13 nov. 2023.

ALVIM, Valdir; DALL'AGNOL, Mônia. Crédito cooperativo e economia rural: o caso da agricultura familiar. **Revista NECAT- Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**, v. 5, n. 9, p. 39-69, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo**. Brasília, 2023a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/coopcredpanorama>. Acesso em: 30 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária**. Participação das cooperativas no mercado de crédito, Brasília, v. 1, n. 1, p. 102-107, 2017. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REB_2017.pdf. Acesso em: 20 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2017.**, Brasília, v.1, n.1,2018. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/REB_2017.pdf Acesso em: 16 set. 2023

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Relatório de Economia Bancária 2019**. Modelo de negócios de cooperativas de crédito, Brasília, p. 62-69, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/REB_2019.pdf f. Acesso em: 12 set. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária 2022**. Benefícios econômicos aos associados de cooperativas de crédito, Brasília, v. 1, n. 1, p. 39-49, 2023b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/reb2022p.pdf> Acesso em: 27 set. 2023.

BÜTTENBENDER, Pedro Luís et al. O COOPERATIVISMO E O CRÉDITO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO



SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE INTERAÇÃO SOLIDÁRIA. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, 2021.

CAVINATO, Nayara Regina; CAPITANI, Daniel Henrique Dario. Eficiência social das cooperativas de crédito rural no Brasil: uma análise sob a ótica regional. **Economia e Sociedade**, v. 32, p. 429-455, 2023.

COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS - SICREDI PARQUE DAS ARAUCÁRIAS PR/SC/SP. ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CREDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO PARQUE DAS ARAUCÁRIAS - **Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP**. Pato Branco, 24 abr. 2020. Disponível em: https://www.sicredi.com.br/media/coop/filer_public/2023/03/30/2020-estatuto_social.pdf. Acesso em: 5 out. 2023.

CRESOL. Conheça o Dia C : Dia de Cooperar, 2023. **Cresol** Disponível em: <https://blog.cresol.com.br/dia-c-dia-de-cooperar/#:~:text=%C3%89%20uma%20inicia tiva%20que%20une,e%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20de%202023!>. Acesso em: 30 set. 2023.

CRISTINA DOS SANTOS, Alba. Idéias e práticas de Theodor Amstad: Reflexões acerca da memória afetiva. **XII Encontro estadual de história ANPUH/RS: História, verdade e ética**, São Leopoldo/RS, 2014.

DA SILVA, Nivaldo Garcia et al. Cooperativa de crédito versus bancos: uma análise comparativa de custo e investimentos em crédito rural. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 10, n. 2, p. 103-119, 2018.

DE FREITAS, Alair Ferreira; AMODEO, Nora Beatriz Presno; DA SILVA, Fernanda Dutra. Crédito Solidário e Desenvolvimento Local: o caso da Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Araponga-MG. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 19, p. 103-131, 2012.



ANAIS

DE OLIVEIRA SILVA, Gustavo; DIAS, Carla Aliny Peres; PEREIRA, Saulo Gonçalves. Crédito rural no Brasil: estudo sobre as perspectivas de taxa de juros entre as cooperativas de crédito versus instituições bancárias. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, n. 17, p. 192-209, 2023.

DE SOUZA, A. J. O Comportamento Das Cooperativas de Crédito no Brasil Durante as crises de 2008-2009 e 2020-2021. Brasília: **Fundação Getúlio Vargas**, 2022.

DO NASCIMENTO, Caroline Silva Souza; SOARES, Bruna Klimeck; DE ALMEIDA SANTOS, Fernando. Estudo comparativo sobre financiamentos ofertados pelas fintechs, cooperativas financeiras e bancos tradicionais no Brasil. **Revista Linceu On-Line**, v. 11, n. 1, p. 67-94, 2021.

FAIRBAIRN, Brett. The Meaning of Rochdale: The Rochdale Pioneers and the cooperative principles. **University of Saskatchewan: Centre for the Study of Co-operatives**, Saskatoon, 1994. Disponível em: <https://usaskstudies.coop/documents/occasional-papers/meaning-of-rochdale.pdf>.

FORNO, Francesca. Co-Operative Movement. **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**, 2013.

GOGLIO, Silvio; LEONARDI, Andrea. The roots of cooperative credit from a theoretical and historical perspective, **European Research Institute on Cooperative and Social Enterprises**, v.10 n.11, 2010.

GOLLO, Vanderlei; DA SILVA, Tarcísio Pedro. Eficiência no desempenho econômico-financeiro de cooperativas de crédito brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 25, p. 43-55, 2015.

GREGORINI, Gílio. A importância das cooperativas de crédito para o desenvolvimento local. **Gestão de Cooperativas de crédito-Unisul Virtual**, 2019.



HÖHER, Ricardo. **Três Ensaio Sobre Crédito, Cooperativismo Financeiro E Crescimento Econômico**. 2018. 90 p. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

International Cooperative Alliance. Guidance Notes to the Co-operative Principles. **International Cooperative Alliance**, 3 jan 2017 Disponível em: <https://ica.coop/sites/default/files/2021-11/ICA%20Guidance%20Notes%20EN.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

IVO, Gabriel de Andrade; CRUZ, Diogo Batista de Freitas; CHINELATO, Flavia Braga; ZIVIANI, Fabrício. A Expansão do Crédito No Brasil: Uma Ferramenta Para o Desenvolvimento Socioeconômico. **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 32, n. 95, p. 160-174, Maio/agosto 2016.

MEDEIROS, Angêla Beatriz da Silva. **Soluções financeiras ofertadas por uma cooperativa de crédito para pequenas empresas durante a pandemia da COVID-19**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso.

MEINEN, Ê.; PORT, M. Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios. Brasília. **Editora Confabras**, 2014.

SCHNEIDER, José Odelso. A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ. **Instituto Humanitas Unisinos: Cadernos IHU ideias**, v. 12, n. 213, 2014.

PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda; SILVA, Edna Maria. O conceito de bem-estar na teoria econômica convencional. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista, v. 17, dez, 2019

PODER 360. Cooperativas fazem 29% das operações de crédito para PMEs. **Poder 360**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-empendedor/cooperativas-correspondem-a-29-da-operacoes-de-credito-para-pequenos-negocios/>. Acesso em: 11 nov. 2023.



ANAIS

PRINZ, Michael. German Rural Cooperatives, Friedrich-Wilhelm Raiffeisen and the Organization of Trust. **8th International Economic History Association Congress**, Buenos Aires. 2002.

REIS, Brício dos Santos; Neves, Mateus de Carvalho Reis. Análise da eficiência sócio financeira de cooperativas de crédito no Brasil. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 14, p. 203–221, 2020.

SEBRAE, 2022. Cooperativas ganham força na busca de pequenos negócios por crédito. **Sebrae** Disponível em: <<https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2022/12/credito-cooperativas-bancos-nov-2022-1.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SEBRAE. Dores dos pequenos negócios, 2023. **Sebrae** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2023/02/Pesquisa-Dores-dos-Pequenos-Negocios_Jan2023-resumo.pdf> Acesso em: 09 nov 2023.

SICOOB CENTRAL SP. Nossas Cooperativas, 2023. **Sicoob** Disponível em: <https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcentralsp/nossas-cooperativas>. Acesso em: 1 out. 2023.

SICOOB. De norte a sul, a maior rede de atendimento do Brasil: Quer encontrar uma cooperativa perfeita para você? Tá fácil!, 2023. **Sicoob** Disponível em: https://www.sicoob.com.br/encontre?p_p_id=br_com_sicoob_portal_portlets_pesquisa_cooperativa_PesquisaCooperativaPortlet&p_p_lifecycle=1&p_p_state=normal&p_p_mode=view&_br_com_sicoob_portal_portlets_pesquisa_cooperativa_PesquisaCooperativaPortlet_javax.portlet.action=pesquisar&p_auth=0EpoA6cj#pesq-coop. Acesso em: 5 out. 2023

SICREDI. Estudo mostra capacidade do cooperativismo de crédito de levar serviços financeiros a pequenos municípios. **Sicredi**, 09 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.sicredi.com.br/site/sobre-nos/noticias/estudo-mostra-capacidade-do-cooperativismo-de-credito-de-levar-servicos-financeiros-a-pequenos-municipios/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.